



## ERA CINZA O CÉU DO SERTÃO: NOTAS SOBRE O GOLPE DE 1964 EM FEIRA DE SANTANA/BA

RAFAEL QUINTELA ALVES LINS\*

Victor Hugo se limita a investidas amargas e espirituosas contra a deflagração do golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito parece ser, para ele, como um raio vindo do céu sem nuvens. Ele vê o golpe apenas como um ato de poder de um indivíduo isolado [...] em contrapartida, eu demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições para um personagem medíocre e grotesco desempenhar papel de herói. (Marx, 2008:18)

Assim parado e pensando, assim Antão percebeu, o corisco da verdade lhe atravessando o corpo como raio ordinário em dia de trovoada, quem botou o jegue em cima do pé-de-pau, que havia dinheiro e intensões sem confissões possíveis por detrás do terror [...] percebeu que o golpe, o cacete-armado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo. Ricos, políticos, militares reúnem-se sim, nas horas mortas, fora do olho do povo, para tramar o que lhe convém. (SODRÉ, 1991:143)

O Atlântico e um século, eis as distâncias entre as citações que abrem este escrito. Na primeira, Marx explica como analisou o golpe na França de 1851, aquele que catapultou Luís Bonaparte ao trono. Na derradeira, Sodré mira outro assalto ao poder, desta vez impetrado por empresários e militares no Brasil de 1964. Tempo e espaço separam as passagens, desfechos às aproximam. Territórios diferentes, dramas assemelhados: golpes de Estado para preservar a ordem, a reprodução e a ampliação do capital, sem riscos a classe dominante. Enfim, dois textos que inspiraram o breve relato de uma pesquisa em nascedouro.

Começo numa famosa encruzilhada da Bahia, encontro de sertão e recôncavo, cidade de Feira de Santana. Ponho-me, então, a refletir o prenúncio da conspiração a partir de *O bicho que chegou a Feira*, romance de Muniz Sodré. No livro, o golpe de 1964 é fitado pelos olhos de Antão, “um mulato de um metro e noventa, quase cem quilos” (SODRÉ, 1991: 13). O personagem, segundo o autor, foi inspirado no seu pai, o contabilista e músico Antonio Leopoldo Cabral, à época vereador do “velho PTB” (SODRÉ, 2010: 70). As tramas, as disputas e as “conjuras golpistas” são contadas:

A modernidade pregada pelo Capelão pertencia à antiguidade dos interesses, era coisa dos mandões de sempre, os velhos udenistas, pessedistas, fosse lá quem fosse, mas sempre velhos - oxente, como essa modernidade é velha! [...] o golpe, o cacete-armado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo. O rico, o político, o militar reúne-se sim senhor, nas horas mortas, fora do olho do povo, para tramar o que lhe convém. (Sodré, 1991:146).

Era Antão a mirar inquieto as metamorfoses do seu cotidiano. Via os rostos e as razões da conspiração, percebendo-as com interesse dos “velhos de sempre” como o “cacete-armado do mando”. Esta última expressão é usada para classificar o golpe e distingui-lo de uma revolução. Na “boca do povo” dizer “cacete-aramado” é acusar algo mal feito, sem planejamento, improvisado. No entanto o autor ressignifica a expressão, dotando-a de caráter teórico-crítico, como uma espécie de noção histórica para interpretar as transformações políticas repentinas como forma de dominação. Seria algo parecido com a estratégia da nobreza decadente narrada por Lampedusa em *O Gattopardo*, sintetizada na máxima: “se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (LAMPEDUSA, 2007: 69). Com Sodré pondero: no Brasil o tal “cacete-armado do mando” foi tão aramado a ponto de instituir-se como “forma permanente de governo”? Pensemos em 1822, 1889, 1930, 1937, 1945, 1964, 2016... proclamações, golpes, bonapartismos, revoluções passivas...“cacete-armado”...

Retornemos á Boca do Sertão<sup>1</sup>. Dentro da cidade partida á golpe, Antão percebeu as armadilhas do novo poder. Temeroso precaveu-se em apego ao que tinha de sagrado: a ancestralidade. A cultura afro-sertaneja é chave-mestra para leitura de “O bicho que chegou a Feira”. Diversos de seus elementos são trabalhados no escrito: a memória do escravo insurgente Lucas da Feira, os “causos” de Horácio de Matos, os melindres da feira-livre, a precisão dos artífices populares, a sabedoria dos velhos do Candomblé. Os últimos, representados pelo personagem Vô Alípio, conselheiro de Antão, transitavam pela fronteira do sobrenatural para entender e lutar contra a “besta-fera” que se aproximava da Feira. O tal “bicho” metaforiza o golpe, a força devastadora que cortava cidades e sertões naquele abril de 1964. O monstro dava o “torso” à ação empresarial-militar e as “fuças” aos articuladores locais do golpe, em especial os velhos políticos da seção municipal da UDN (CORREA, 2011: 54-7).

E não foi por acaso que o tal bicho chegou à Feira. Não caiu de repente na cidade como “um raio em dia de céu azul”. Desde os anos 1940 ele rondava. Avançava. Recuava. Espreitava. Uma “fera” vigilante, atenta ao que se passava no local. Um “monstro” que tomara formas diferentes entre 1945 e 1964. Nos meses finais de 1947, quando a Feira elegeu um prefeito do PTB, o “bicho” ressentido tentou impedir a posse do eleito; depois, fez-se dócil e seduziu o petebista Aguiinaldo Boaventura, que largou partido e aliados para governar ao lado da UDN.

---

<sup>1</sup>Assim era antigamente conhecida Feira de Santana, por razão de sua localização entre o recôncavo e os sertões da Bahia.

Em 1950, com a eleição do pessedista Almáchio Boaventura, o monstro mostrou os dentes. Feroz, impôs dura campanha de desmoralização ao alcaide, que conseguiu resistir aos botes durante quatro anos. Em 1954 e 1962 o monstro refestelou-se, engordou nas vitórias dos “velhos udenistas” João Marinho e Arnold Silva. Foram oito anos de “moita”, regozijo e tranquilidade para o animal. Sobressalto em 1962. Uma apertada derrota o atçou novamente. Francisco Pinto (PSD) venceu João Durval Carneiro (UDN) por 43 votos. (LINS, 2012: 99-120)

O novo governo e seu prefeito tinham orientações programáticas peculiares como a “instituição de negociações diretas com os trabalhadores, o que lhe custava no sertão da Bahia a fama de prefeito oposicionista, e entre a população feirense, a promoção da imagem de prefeito popular” (PACHECO, 2009: 95). As medidas populares fizeram o governo Pinto antagonista dos udenistas. Dentre políticas pintistas, destacaram-se: a instituição do Código Tributário Municipal; a defesa das reformas de base; a campanha de alfabetização pelo Método Paulo Freire. Além disso, chamo atenção para dois eventos que resultaram na polarização completa e no confronto entre as forças políticas da cidade: “a guerra dos currais” e “o quebra-quebra da Câmara”.

Em junho de 1963 travou-se a “guerra dos currais”, contenda que opôs o governo municipal ao estadual, o motivo: a arrecadação de impostos. Segundo Chico Pinto, na época Feira de Santana “não tinha uma máquina de cobrar impostos” e recolhia tributos através da Secretária Municipal de Finanças, fato que desagradava o Secretário da Fazenda do Estado, que tomou para si a cobrança dos impostos municipais. Para o prefeito, tratava-se de uma manobra da UDN local, em aliança com o governador Lomanto Júnior, para retirar da prefeitura a possibilidade de receitas fiscais, immobilizando administrativamente seu governo (PANORAMA DA BAHIA, 29/09/1984: 12).

No ocorrido, o secretário estadual da fazenda enviou prepostos ao Campo do Gado, lugar da tradicional feira do gado, ponto estratégico para economia da cidade. Os trabalhadores do local, em maioria moradores dos subúrbios e da zona rural, impediram a entrada dos fiscais, que escorraçados retornariam escoltados por força policial para impor as ordens do superior. Nesse momento Chico Pinto entrou em cena, organizou o grupo para resistir a ação policial. A situação ficou tensa por horas. O desfecho: depois de ameaças dos dois lados e do prenúncio de

um banho de sangue, o recuo de Lomanto Júnior. Era um prefeito do interior, apoiado por trabalhadores, impelindo uma derrota ao governo da Bahia.<sup>2</sup>

A alteração reverberou na Câmara Municipal. Da tribuna, Hugo Silva bradava “que o prefeito desejava fazer política e não administração, lembrando o incidente ocorrido na última segunda-feira (...) o prefeito, ao invés de procurar sanar, desejou prosseguir na luta”. Ainda, que a crise aconteceu por “motivo do prefeito ter armado o povo contra os prepostos” e por isso o “Secretário da Fazenda, ameaçou prender o Prefeito” (FEIRA DE SANTANA, 19/06/1963: 45). A “guerra dos currais” deixou sequelas, na Câmara os opositores de Pinto utilizaram-na sempre que possível para atacá-lo.

Quatro meses depois, 29 de novembro, outro evento agitaria a cidade. Estudantes e trabalhadores ocuparam as galerias da Câmara durante a votação do orçamento municipal, reivindicavam maior participação naquele processo. O grupo bradava palavras-de-ordem e levantava bandeira a favor da educação pública e contra a carestia. O movimento causou contragosto a alguns vereadores, o udenista Joselito Amorim foi um deste, na qualidade de presidente da *Casa* ele encerrou a sessão e ordenou a expulsão dos manifestantes das galerias da Câmara. A multidão não o acatou o decidido e partiu para o confronto. O Folha do Norte noticiou da seguinte forma:

Eram cerca de dezenove horas quando as galerias do legislativo municipal foram tomadas por estudantes do Ginásio Municipal, onde entre os quais estava os senhores Alfredo Coelho, Gervásio Bacelar e vários outros funcionários da prefeitura nomeados pelo Francisco Pinto, inclusive oficiais de gabinete [...] vários estudantes já vinham trazendo cartazes com os dizeres: se fecharmos o Ginásio, fechamos a Câmara. Logo que o Sr. Joselito Amorim deu por encerrada a sessão após a ter declarada aberta, afim de não usar a violência contra os estudantes inocentes como desejava o Prefeito, ouviu-se uma voz que dizia: quebra-quebra! (FOLHA DO NORTE, 07/12-1964: 01).

O “quebra-quebra da Câmara” repercutiu para além da cidade. Na ALBA, o deputado estadual Áureo Filho (UDN) se manifestou: “condeno veementemente o procedimento do Prefeito Francisco Pinto, quando no dia 29 passado promoveu a depredação da Câmara”

---

<sup>2</sup>Anos depois em entrevista, Chico Pinto relembrou o acontecido: “O secretário da fazenda veio aqui, não esteve comigo, mas fez ameaça e requisitou força policial. No dia imediato, a Polícia se plantou no Campo do Gado para garantir os fiscais do Estado. Eu obtive a informação que eles iriam fazer uma operação de guerra. Então armei o pessoal com espingardas “papo-amarelo”, revolver e botamos uma barricada de areia. Na hora que chegaram os prepostos, o comandante da Polícia e os fiscais eu barrei. Disse: ninguém entra, mas atrás de mim estava meu pessoal com armas apontadas para eles. Nós estávamos prontos para reagir: tínhamos água, boi para matar e aguentávamos um tiroteio razoável. Eles recuaram diante da bravura daqueles homens”. (PANORAMA DA BAHIA, 29/09/1984: 12).

(FOLHA DO NORTE, 07/12/1963: 01). No Congresso Nacional, João Mendes (UDN) denunciou que “populares invadiram e depredaram a Câmara revoltados pelo prefeito” (BRASIL, 18/12/1963:19) e Wilson Falcão (UDN) clamava ao “Secretário de Segurança Pública da Bahia tomar providências para conter a anarquia na cidade” (BRASIL, 18/12/1963:17).

Com os dois episódios, o Folha do Norte acentuava campanha contra o prefeito. Helder Alencar, articulista e colunista, passou o ano de 1963 a atacar o governo Pinto, de sua lavra: “Um presente”, ironizava os melhoramentos do cemitério, classificando-os como obras inúteis (FOLHA DO NORTE, 07/07/1963: 01). “A cidade está doente”, descrevia como calamitosa a situação municipal, culpando o prefeito (FOLHA DO NORTE, 16/11/1963: 01). “Panorama”, atribuía ao governo municipal a crise do abastecimento de água (FOLHA DO NORTE, 28/11/1963:1).

O vereador e jornalista Hugo Silva (UDN), a seu turno, escreveu um artigo intitulado “As clarinadas dos sinos”, nele desejava um “calvário, sem redenção e sem glória ao prefeito” (FOLHA DO NORTE, 16/01/1963: 01). Da tribuna municipal, o edil afirmava que o “Sr. Prefeito nada poderá realizar, por estar o mesmo acompanhado de incompetentes” (FEIRA DE SANTANA, 09/04/1963: 166). Na sessão do dia anterior Godofredo Filho (UDN) lançara o vaticínio: “o Sr. Francisco Pinto deve rezar e pedir a Deus para terminar o seu mandato” – era dia 08 de abril de 1963, um ano antes do golpe e do fim do governo Pinto. Prenúncio do bicho que chegaria.

### **Trovoada no sertão:** dias e noites de golpe.

Primeiro de abril de 1964. Do firmamento carregado despencou um raio. A terra tremeu, levando ao chão o governo João Goulart. As horas passavam e a tempestade tomava o país. Na Bahia, o governador Lomanto Junior, até então simpático às reformas de base, dispôs da escolha: “adesão ao golpe ou destituição. No 02 de abril de 1964 comunicou pessoalmente pela televisão ao povo baiano seu apoio à ‘Revolução’” (FERREIRA, 2015: 01). Em Salvador, o prefeito Virgildásio Sena não teve alternativa: “foi golpeado com violência, com deposição e prisão” (DANTAS, 2015, P.01). A “Revolução” brilhava triunfante, seus trovões já eram ouvidos do sertão. Em Feira de Santana, sob o céu já cinza, uma pergunta assombrava os

viventes: será que o governo Pinto resistiria a feroz tempestade que chegava? Sobre isso dizia um jornal local:

Agitados andaram os traidores que ergueram barricadas no interior da Prefeitura Municipal com sacos de areia e reuniram armas para atacar as forças da Constituição. O que pretendia o Prefeito era transformar Feira em um vasto campo de batalha, pois os tambores e bandeiras do Ginásio Municipal foram apresentados numa passeata de apoio ao ex-presidente João Goulart. Aparelhos da Rádio Cultura foram colocados na Prefeitura, a fim de que, pelo rádio os comunistas levantassem o povo para lutar contra as forças democráticas. Carros munidos de alto-falantes corriam as ruas conclamando o povo para uma grande concentração, na Prefeitura, às 20horas. (FOLHA DO NORTE, 04/04/1964: 01)

Sem perder tempo os golpistas manobravam contra as organizações que apoiavam o prefeito. A “concentração em apoio a Jango” foi esvaziada por ação policial sob comando do Cap. Arlindo Barbosa. Aos 03 de abril, mais operações contra instituições próximas ao governo pintista: a Gazeta do Povo empastelada, a Rádio Cultura desligada, Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas (AFES) e Sindicato dos Bancários fechados por força policial (FOLHA DO NORTE, 04/04/1964: 01).

Dentro da cidade em sobressalto, a imprensa conspiradora veiculava: “centenas de carabinas e metralhadoras” em mãos comunistas “para iniciar uma verdadeira chacina, com invasões de residências e saques das casas comerciais”. Responsabilizava-se “Francisco Pinto e seu séquito de subversivos” pelo suposto caos que rondava a urbe. Com discurso anticomunista afinado, o Folha do Norte utilizava o terror e o medo como instrumentos de legitimação do golpe (FOLHA DO NORTE, 04/04/1964: 01).<sup>3</sup>

Em meio à febre dos acontecimentos, 08 de abril, sucedeu a primeira reunião da Câmara Municipal pós-golpe. Dos 13 vereadores, 12 presentes.<sup>4</sup> Quórum verificado, ata aberta, reunião instituída. De início o udenista Hugo Silva encaminhou e a Moção 01/64, cujo teor era: “aplausos para às Forças Armadas Brasileiras que se empenharam na luta contra o comunismo” e a “deposição do Prefeito Municipal, levando em conta as atividades subversivas do mesmo”

<sup>3</sup>Exemplares do discurso anticomunista: “Como identificar um comunista” IN (FOLHA DO NORTE, 08/04/1964: 01); “Fui um comunista” IN (FOLHA DO NORTE, 25/05/1964: 03); “O perigo do comunismo na hora presente” IN (FOLHA DO NORTE, 06/06/1964: 03).

<sup>4</sup>Os presentes: Godofredo Leite Filho, Hugo Navarro da Silva, Joselito Falcão Amorim, Newton Tavares Carneiro, Paulo Almeida Carneiro, partidários da União Democrática Nacional (UDN); Antônio Antunes dos Santos e Altamir Alves Lopes, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Antônio Manuel de Araújo, Antônio Pinto dos Santos, Colbert Martins da Silva, Jackson do Amaury, e Jorge Cerqueira Mascarenhas, do Partido Social Democrático (PSD) IN (FEIRA DE SANTANA. 08/04/1964:175-6).

(FEIRA DE SANTANA, 08/04/1964:177). A primeira parte da Moção foi aceita sem complicações. A segunda exigiu mais tempo e articulações políticas.

O Presidente da Câmara de Vereadores, o udenista Joselito Amorim, engrossava o coro conspirador: “confiamos no patriotismo das nossas gloriosas Forças Armadas” para proporcionar “aos feirenses dias de felicidade, onde a lei, o trabalho e ordem passem a imperar”, “confiamos na vossa vigília cívica, pois o inimigo – o comunismo – ainda nos ronda” (FOLHA DO NORTE, 04/04;1964: 01). Líderes da UDN na Câmara e na cidade, Silva e Amorim, utilizavam recorrentemente a retórica anticomunista para atacar/desqualificar o governo Pinto e para defender/justificar o golpe.<sup>5</sup>

Outras manifestações em apoio aos “Revolucionários de Março” aconteceram: aos 14 de abril vereadores aprovaram uma moção de “congratulação com Gel. Castelo Branco pela sua posse na Presidência” (FEIRA DE SANTANA, 14/04/1964: 184). Cinco dias depois ocorreu a “Marcha da Família Feirense com Deus e a Democracia”, evento festejado como “grande demonstração de fé e de patriotismo do povo feirense em regozijo pela vitória das Forças Armadas e do povo Brasileiro contra o comunismo ateu” (FOLHA DO NORTE, 18/04/1964: 01). Da Câmara, Silva e Amorim, saldavam “a extraordinária demonstração de fé da Marcha da Família com Deus, a qual nem a chuva conseguiu dispersar” (FEIRA DE SANTANA, 20/04/1964:186).

No sexto dia de maio, após um mês driblando tentativas de prisão e deposição, Chico Pinto foi detido sob o comando do Major Hέλvio Moreira. Para legitimar a deposição e a sucessão, a Câmara reuniu-se às pressas, era 08 de maio e lá estavam: Godofredo Filho, Hugo Silva, José Freitas (suplente), Newton Carneiro e Paulo Almeida, UDN; João Catapano (suplente), Odilon Santana (suplente), PTB; Antônio Araújo, Antônio Pinto, Colbert Martins, Jackson do Amaury, Theódulo Junior, PSD. Em pauta o Projeto de Resolução 55/64, cuja finalidade era caçar “democraticamente” o mandato de Chico Pinto. (FEIRA DE SANTANA, 08/05/1964:196).

A sessão começou tensa e sob a vigilância dos pretórios Major Hέλvio Moreira, Capitão Moacir Eleutério Damaso e Tenente David Princhak leu-se “ofício da VI Região Militar que comunicava a detenção do vereador petebista Antônio Antunes” (FEIRA DE SANTANA,

---

<sup>5</sup>Nos anos 1960, a retórica anticomunista brasileira (em geral) e udenista (em específico) alardeava: que os comunistas perseguiram os cristãos, atentavam contra a propriedade privada e a democracia. Sobre isso ver: (MOTTA, 2002); (LIMA, 2009: 91-139).

08/05/1964:196). Seguiu-se: exposição do projeto de cassação, debates, encaminhamentos, votação, apuração e... apertada vitória golpista. A bancada udenista já comemorava, quando o presidente da *Casa* lembrou “que eram necessários dois terços para sua aprovação, e que encerrava a presente sessão, convocando outra especial para daqui a cinco minutos” (FEIRA DE SANTANA, 08/05/1964:197). Não consta no Livro Atas rastro da sessão especial, as próximas linhas já registravam o “ofício do prof. Joselito Amorim, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito no dia 08 do mês corrente” (FEIRA DE SANTANA, 08/05/1964:198).

### **Do acontecimento à História:** visões, contextos e interpretações

Remontei, na medida do possível, os antecedentes e os desenlaces imediatos do golpe empresarial-militar em Feira de Santana. Agora, o desafio da análise, para tanto, para tanto segui a estratégia: abordar o golpe de modo inseparável do conjunto das relações sociais. Nesse sentido, abordo o acontecimento (singularidade) para visar o conjunto das relações sociais (totalidade). O que significa buscar encruzilhadas dentre os *elementos sincrônicos* (traços estruturais com as visões de mundo e as práticas de poder de setores sociedade feirense, o golpismo e o anticomunismo, por exemplo) e os *elementos diacrônicos* (os cálculos, as ações e relações dos sujeitos e grupos envolvidos naquela situação histórica).

Isso me faz lembrar a passagem de Walter Benjamin que diz: “um cristal ao ser quebrado permite-nos entender o seu todo”. O golpe seria como um “estilhaço do real” (experiência vivida e historicizável), um acesso possível a situação histórica (em especial os conflitos sociais). Vislumbro, então, o desafio: articular (ou nunca desarticular) o objeto recortado à totalidade – trabalho que perpassa a análise do jogo das determinações entre os agentes, instituições e escalas do poder. Assim, acredito que Feira de Santana não era uma cidade perdida, sua história seria impossível de ser explicada por e em si. História que também não foi produzida a partir dos resultados mecânicos de macroprocessos globalizantes. Por isso, procuro um instrumental que ajude a interpretar as determinações históricas e as mediações entre a política do município (como *lócus* – objeto recortado) e do brasileira (como todo).

Recorro, para tanto, às reflexões de Antonio Gramsci sobre bloco histórico, Estado, hegemonia e partido. Com estas noções em mente, monto um mapa teórico-metodológico e percorro os tortuosos terrenos da pesquisa histórica, tendo um norte: a política entendida como

relação social, como conjunto de sujeitos, práticas e visões de mundo que extrapolam o Estado restrito. Enfim, a política relacionada dialeticamente com todas as outras dimensões sociais, como nexos imiscuídos aos mais variados aspectos da vida humana.

A concepção de bloco histórico aborda a relação superestrutura/infraestrutura (totalidade) de forma dialética. Procura identificar e examinar o jogo de determinações entre as duas dimensões da formação social. Ao analisar a dita política local, por exemplo, leva-se em conta as mediações entre as regularidades, estruturas/permanências/instituições, e as peculiaridades, eventos/rupturas/sujeito, (GRAMSCI, 2007: 36).

Busco, então, a conjuntura do Brasil da década de 1960. Dela Caio Navarro Toledo destaca: “intensa crise econômico-financeira, constantes crises político-institucionais” também “ampla mobilização das classes populares, paralelamente a organização política dos setores militares e empresariais” somadas “a ampliação do movimento operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes” (TOLEDO, 2004:12).

Parto para Feira de Santana e vejo intensas transformações socioeconômicas: entre a 1940 e 1960 a população total passou de 83.268 para 141.757 habitantes, crescimento de 60,8%. No Brasil, mesmo intervalo, a população total pulou de 41.236.35 para 70.070.457, aumento de 71%. A taxa de crescimento da população brasileira superou feirense, mas a taxa de crescimento urbano local superou, proporcionalmente, o nacional: a população urbana brasileira aumentou 112,30% e a municipal 178,23%, salto de 19.660 para 69.884 habitantes. Ainda no final dos anos 1960 a população urbana feirense superou a rural, em 1970 já era 70,63% dos moradores do município (FREITAS, 1998:188-90).

Entre 1950 e 1960 o comércio feirense cresceu. O setor atacadista aumentou de 45 para 84 estabelecimentos, triplicando o número de empregados: 120 para 320. O varejista contava com 1.327 estabelecimentos e 2.386 funcionários. No total trabalhavam 2.704 comerciários na urbe. A indústria dobrou em trabalhadores: de 180 indústrias (1950) com 949 empregados para 293 fábricas (1960) com 2.051 operários (FREITAS, 1998:188-90). Neste contexto, trabalhadores e patrões remodelaram sua relação, em cena: sindicatos, greves, associações patronais, advogados, Justiça do Trabalho (LEONY, 2012: 129). No início dos 1960, o município tornava-se segundo mais industrializado da Bahia, foi dos “primeiros municípios brasileiros a adotar um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano” (CORREA, 2011: 66).

Com o adensamento do comércio e da indústria, o tempo do trabalho mudava e a cidade experimentava o encurtar dos dias, o acelerar das horas. Em 1950 a ligeireza dos automóveis tornava-se cada vez mais presente nas ruas. No ano de 1951 foi inaugurado o serviço de transporte urbano, três *marinetes* venciam as distâncias “no leva e traz” dos mais apressados feirenses. Posteriormente foi inaugurada, com presença do Presidente Juscelino Kubitschek, o Serviço Autônomo Municipal de Águas (SAMA), sistema de gestão e distribuição de água encanada que garantiria maior raio de circulação de água encanada. Pouco depois a Companhia de Energia Elétrica Baiana (CEEB), com aporte do capital estadual, construiu potente subestação para fornecimento eficiente de energia ao município, garantindo a produção.

A vida cultural não passaria incólume aos “vendavais do progresso”. Em 1944 chegava o Rotary Clube ao sertão. O Lyons vira na década 1950. A Associação Comercial abria as portas em 1945 e a reboque a Associação Rural reaparecia em cena. A Rádio Sociedade entrava no ar em 1947 e a Cultura em 1950. Havia, ainda, uma grande escola privada, o Santanópolis, que vendia o curso ginásial, o magistério e os profissionalizantes (técnicos em comércio, em contabilidade e em administração). Em 1945 os doutores estabeleceram a Seção Feirense da Associação Baiana de Medicina. A inauguração do novo prédio do Feira Tênis Clube, 1944, instituiu um lugar específico para a diversão civilizada para as “boas famílias da cidade”.

Todas essas novidades mexeram com cotidiano dos viventes da Feira de Santana. Criaram expectativas, estabeleceram diferentes experimentações sociais, forjaram visões de mundo alternativas às preexistentes. Busco interpretar tais fenômenos em relação à totalidade histórica, em diálogo com o desenvolvimento do capitalismo. Vejo, por exemplo, no “boom” de organismos privados indícios de movimentos no sentido de ampliação do Estado.

Recordo que nos escritos de Gramsci, o Estado é refletido como uma relação social construída entre sociedade civil (conjunto de sujeitos e relações sociais: escolas, sindicatos, partidos, igrejas, associações de classe) e sociedade política (a burocracia e o aparelho de governo). Desse modo, opera “além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia” (GRAMSCI, 2007: 254). Assim, como um organismo vivo, histórico e com meios para desenvolver determinado conteúdo ético na sociedade, o Estado age para “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares a necessidade do contínuo desenvolvimento do aparelho de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2007: 46).

Dentro desta abordagem, o partido político seria o organizador e difusor da vontade coletiva de determinado grupo social, ponta de lança nas disputas pela direção política, intelectual e moral da sociedade. Nesse sentido, extrapola a estrutura dos regimentos internos e códigos eleitorais, agindo na sociedade civil para estruturar os desejos de determinada classe (ou fração) e atingir a sociedade política para dirigir o Estado GRAMSCI, 2007:16-9).

Em Feira de Santana UDN, PSD e PTB, as mais poderosas legendas (em perspectiva local e nacional) da época, agiam na cidade como partidos no sentido gramsciano. Seus membros operavam na sociedade civil a partir de jornais, de associações sociais, escolas, rádios. É possível observar na “parafernália privada” ligada à UDN parte fundamente da trama local da “Revolução de Março”. É aqui que apresento seus principais operadores, destaco os que ocupavam lugares de poder na sociedade civil e na sociedade política, portanto no Estado, cito: Hugo Silva, Joselito Amorim, Áureo Filho, Wilson Falcão e João Mendes Filho.

Eram todos homens de partidos, no sentido gramsciano da expressão. Todos ligados a UDN, Rotary, Lyons, Associação Rural, Associação Comercial, agiam através destes aparelhos, disputando os rumos da ampliação do Estado. Hugo Silva, por exemplo, um dos proprietários do Jornal Folha do Norte, de orientação conservador e anticomunista, foi vereador e arranizador do golpe na cidade. João Mendes da Costa, outro conspirador, foi membro da Associação Rural, organizador do IPES-IBAD local, da Ação Democrática Parlamentar (ADP)<sup>6</sup> e deputado federal (1946 até 1965). Lendo os pronunciamentos de Mendes da Costa saltam aos olhos: moralismo, elitismo, golpismo e anticomunista. Em 1947 defendeu a cassação do PCB, a suspensão dos direitos políticos e a criminalização dos comunistas. No mesmo ano, para defender suas posturas, se engajou em discussão com o deputado comunista Marighela.<sup>7</sup> Anos mais tarde, com a renúncia de Jânio Quadros, a posse e os primeiros meses de João Goulart já aparecia na retaguarda do IBAD local e na linha de frente da ADP no Congresso.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup>Dreifuss observou que a ADP funcionava como braço do IBAD dentro do congresso nacional. O órgão era formado por parlamentares de diversos partidos, pessedistas e udenistas em maioria, agindo nos legislativos municipais, estaduais e federal como uma grande teia a articular os políticos em torno das demandas e visões de mundo dos setores financiadores do IBAD. (DREIFUSS, 1987: 209).

<sup>7</sup> Um pequeno trecho da discussão: “O sr. João Mendes – comunismo e democracia, no entender dos democratas, são coisas que não podem coexistir. O sr. Carlos Marighela – V. Ex, demonstra absoluta ignorância do papel do PCB, e, além do mais revela desconhecimento do programa com que ele concorreu às eleições, assim como da atitude dos comunistas, dentro desta casa quando votamos a Constituição de 46”. (BRASIL, 11/07/1947: 12).

<sup>8</sup>Entre os inúmeros pronunciamentos e projetos contra Jango, destacamos: “O que o sr. João Goulart pretende é a substituição da ordem democrática pela sonhada república sindicalista. Não conseguirá, porém, por meios pacíficos. Daí sua necessidade de agitar, fomentando greves tentando incompatibilizar o Congresso Nacional com

A atuação de políticos feirenses na UDN, IBAD, ADP são vestígios da relação local/nacional na arquitetura da conspiração de 1964. Se o golpe foi fulminante, com poucos pontos de resistência efetiva país adentro, não foi mero acaso, seu tecido fora tramado meticulosamente. Ao perseguir a trajetória dessas siglas, organizações com tentáculos em espraiados por litorais e sertões, especulo que foram decisivos para a preparação do terreno da vitória da “grande mentira de março”.<sup>9</sup>

Tenho indícios para pensar que Feira de Santana era ponto estratégico para militares e políticos que urdiam a teia conspiradora. Um deles chegou a comentar que “quando se fazia a revolução, Castelo Branco, juntamente com Juracy Magalhães, estabeleceu alguns pontos de refúgio para, caso houvesse um fracasso. E havia três pontos: um no Sul, outro no Norte, e outro no Centro. Feira foi escolhida como um destes pontos” (PANORAMA DA BAHIA, 01/10/1982: 20). Do outro lado trincheira, parte da resistência planejou (logo nos primeiros momentos do golpe) estabelecer bases no município. A Ação Popular chegou a deslocar militantes de Salvador na esperança de unir-se ao governo municipal em barricadas (DIAS, 2009: 155). Desaconselhados pelo próprio Chico Pinto (que àquela altura já calculara a força local da conspiração) seguiram para outros destinos (FERREIRA, 2015: 04).

Atento a isso ponho-me a questão: em que momento e como a cidade (de governo com apoio popular e lastreado por jornais, sindicatos e associações de estudantes e trabalhadores organizados) transformou-se em porto seguro para a ação empresarial-militar?

Em meio aos “coriscos e trovoadas” que assombravam a cidade busquei a atuação do Partido Comunista Brasileiro de Feira de Santana. Pouco se sabe das suas ações no município, lembro que o PCB foi posto na ilegalidade em 1947, seus militantes procuraram outras formas de ação e por vezes filiaram-se a outros partidos para continuar na disputa eleitoral ou participavam de governos com proximidade popular, caso de Humberto Mascarenhas e Antoniel Queiroz no município em apreço (FALCÃO, 1988).

**Encaminhamentos Finais:** do estado da arte ao estado da pesquisa.

---

a opinião pública, fomentando o desentendimento nas classes armadas, atraindo trabalhadores rurais contra fazendeiros” (BRASIL, 03/03/964:47).

<sup>9</sup>Dreyfus já alertava para função decisiva do complexo IPES/IBAD para a tomada do Estado, sua tese nos indica caminhos possíveis para analisar a ligação das diversas escalas na articulação do Golpe.

Miro e vejo as interpretações do golpe. Me posiciono entre os que reforçam o caráter de classe do evento, analisando-o como movimento social, como ação das frações dominantes associadas ao capital internacional para tomar o Estado, consolidar o padrão de acumulação do capital monopolista, controlar os trabalhadores e atentar contra suas conquistas. Muniz Bandeira argumenta que “o Golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pelas comunidades dos homens de negócios e dos proprietários de terra, constituiu nitidamente um episódio da luta de classe” (BANDEIRA, 2001: 204). Dreifuss afirma que “o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi um movimento social civil-militar” (DREIFUSS, 1987: 397), para ele havia um forte caráter de classe na conspiração: “as classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em diversas frentes, através de uma série de instituições e organizações de classe” (DREIFUSS, 1987: 483). Caio Navarro Toledo, nesse sentido, refletiu:

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização dos trabalhadores; (do campo e da cidade); um estancamento do amplo debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004: 15).

Mais recentemente Caio Toledo, Demian Melo, Marcelo Badaró e Gilberto Calil perceberam movimentos historiográficos no sentido de revisar as interpretações críticas so golpe de 1964. Os revisores, revisionistas, para usar expressão dos historiadores supracitados, produzem deliberadamente análises que contribuem para “legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964” (TOLEDO, 2004:44). Estes novos trabalhos encabeçados por Angelina Figueiredo, Jorge Ferreira, Daniel Arão, Marcos Villa e Hélio Gaspari convergem para a tese de que “radicalização da esquerda produziu um “consenso negativo” em relação à democracia” justificando a ação golpista (MELLO; 2014: 162).

Longe da abordagem revisionista está Marcelo Badaró. Ele estudou a reação dos trabalhadores cariocas ao golpe, analisou a experiência dos operários, as greves do período e as condições que resultaram na ineficiência dos sindicatos no enfreamento da conspiração (MATTOS, 1995: 92-4). Também Paulo Arantes, que examina as consequências do “interminável ano de 1964” na sociedade brasileira. De olho nas permanências do regime tenta exorcizar os fantasmas do conservadorismo violento e torturador. Sobre as razões sócio-

históricas do golpe o filósofo tem uma opinião, ao meu ver, acertada: para ele o golpe tinha o objetivo de erradicar da sociedade brasileira qualquer inconformismo, principalmente aqueles que alimentassem a vontade de organização política, e “extirpar da memória coletiva os rastros e vestígios da insurgência”, destruindo as experimentações de rebeldia e instituindo uma narrativa de esquecimento das lutas sociais do passado (ARANTES, 2010: 212-18).

Em Feira de Santana, políticos e empresários locais, combinados com organizações de classe e agentes do exército, investiram contra o governo instituído por calculá-lo próximo ao mundo do trabalho e sensível ao seus desejos e necessidades. Seguido o assalto ao poder, reuniram as condições e criaram as circunstâncias para: primeiro, esmigalhar a oposição e controlar os trabalhadores; depois a transformar vontades e projetos particulares (urbanização e industrialização acelerada da cidade, por exemplo) em demandas e necessidades de todos os grupos sociais do município.

#### **Fontes citadas:**

Arquivo do Museu Casa do Sertão – UEFS:

*Folha do Norte*, 07 set.1963, p. 01.  
*Folha do Norte*, 16 nov.1963, p. 01.  
*Folha do Norte*, 28 nov.1963, p. 01.  
*Folha do Norte*, 07 dez.1963, p. 01.  
*Folha do Norte*, 04 abr.1964, p. 01.  
*Folha do Norte*, 06 jun.1964, p. 03.  
*Folha do Norte*, 04 abr.1964, p. 01.  
*Folha do Norte*, 18 abr.1964, p. 01.  
*Folha do Norte*, 09 maio1964, p. 01.

FEIRA DE SANTANA. Anuário Estatístico. Vol. 2. Feira de Santana: CDL, 2000. p.120.

“Joselito Amorim: o prefeito da revolução” (entrevista). *Revista Panorama da Bahia*. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 01 out.1982. p. 20.

“Chico Pinto, a voz do contra” (entrevista). *Revista Panorama da Bahia*. Feira de Santana: Bahia Artes Gráficas, 29 set.1984p. 12.

Arquivo da Câmara Municipal – ACM:

FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1963. p. 162.

FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 02ª Sessão Ordinária, 09 abr. 1963. p. 166.

- FEIRA DE SANTANA. *Ata da Câmara dos Vereadores*, 44ª Sessão Ordinária, 19 jun. 1963. p. 45.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1964, p. 175-6.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 01ª Sessão Ordinária, 08 abr.1964, p. 178.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 05ª Sessão Ordinária, 14 abr.1964, p. 184.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 07ª Sessão Ordinária, 20 abr.1964, p. 186.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio1964, p. 196.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 16ª Sessão Ordinária, 08 maio1964, p.197.
- FEIRA DE SANTANA. *Atas da Câmara dos Vereadores*, 17ª Sessão Ordinária, 09 maio1964, p. 198.

Arquivo Digital do Congresso Nacional:

- BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 10 dez.1963. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10DEZ1963.pdf#page=17>> Acesso em: 27 jan. 2017..
- BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 18 dez.1963. p. 10113-4. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18DEZ1963.pdf#page=19>> Acesso: 27 jan. 2017.
- BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1947. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12JUL1947.pdf#page=12>> Acesso em: 23 jan. 2017.
- BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 03 mar. 1964. <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03MAR1964.pdf#page=47>> Acesso em: 23 jan. 2017.

**Bibliografia citada:**

- ARANTES, Paulo Eduardo. 1964: o ano que não terminou. Em TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.205-236.
- BANDEIRA, Luiz A. Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. (Revisado e ampliado). Brasília: EdUnb. 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. SP: Brasiliense, 2002.

CORRÊA, Diego. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em Joao Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - PGH-UEFS, Feira de Santana, 2011.

DANTAS, Paulo Fábio. *Quebra da casca do ovo: A elite baiana e a obra do golpe 1964*. p. 02. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_01.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf)>

DIAS, José. “O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista”. ZACHARIADHES, Grimaldo (org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5.ed Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*. p. 14. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa\\_bahia\\_02.pdf](http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf)>

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996*. 1998. 189 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: vol.03. 3º. ed*. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

LEONY, Yolanda C. B. *Conflitos e Negociações entre trabalhadores e patrões (Feira de Santana 1940-60)*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - PGH-UEFS, Feira de Santana, 2012.

LIMA, Aruã S. de. *Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhaes, Otavio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - PGH-UEFS, Feira de Santana, Feira de Santana,

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo*. RJ: Consequência, 2014.

MONTEIRO, Jonatas Lima. *Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)*. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em História), PGH-UEFS, Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PACHECO, Larissa P. B. *Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – PGH-UEFS, Feira de Santana, 2009.



TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n.19, p.44-45, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, v. 4, nº 47.